



O CONFLITO DAS MALVINAS E SEUS ENSINAMENTOS

Nilson Vieira Ferreira de Mello

A recente campanha das Falklands ou Malvinas foi pródiga em ensinamentos, mormente para os países sul-americanos. Nela, forças numericamente inferiores e extremamente distantes de suas bases de apoio, enfrentando condições climáticas e meteorológicas adversas, foram capazes de realizar delicadas operações de desembarque, de marcha para o combate e de ataque e, com elas, obter rápida e completa vitória.

A que se deve, afinal, este êxito? Certamente a um conjunto de circunstâncias, entre as quais sobrepõe a superioridade tecnológica dos britânicos sobre os argentinos. Esta superioridade fez-se particularmente notável na disponibilidade inglesa de aeronaves mais avançadas (tais como os aviões de decolagem vertical), de melhores

sensores de detecção submarina e — talvez o mais importante de todos — na capacidade de suas tropas de “enxergar no escuro”. Como se sabe, quase todos os ataques ingleses foram montados à noite e desencadeados “antes” do nascer do sol. E isto pode ser feito porque seus fuzileiros, em terra, e as tripulações dos seus helicópteros, no ar, dispunham de equipamentos adequados de visão noturna. Isto os capacitava a ver o que os seus adversários não viam, sem denunciar suas posições e intenções.

É fácil imaginar a situação de inferioridade do combatente argentino, alvejado sem poder responder eficazmente ao fogo que o hostilizava. Criava-se, assim, no seu espírito, uma sensação psicológica próxima do pânico que, sem dúvida, há de ter contribuído para a

rendição em massa das forças platinas.

Este recente episódio de “guerra moderna”, envolvendo um país continental e uma potência europeia altamente industrializada, certamente está a merecer estudo e análise de quantos se interessam pelos problemas de segurança. Afinal, a América do Sul e o oceano que a banha, que antes se supunham infensos a este tipo de conflito, estão agora tão vulneráveis como qualquer outra parte “quente” do mundo. Aliás, a importância estratégica da área de há muito que se faz sentir. Pelo Atlântico Sul passa o mais denso feixe da navegação internacional constituído, sobretudo, pelos superpetroleiros que transportam o óleo cru da Península Arábica para a Europa e a América do Norte, de vez que o canal de Suez não opera com navios desse porte. Acrescente-se a essa impossibilidade operacional a inconveniência de se utilizar o canal, ainda que por embarcações menores, devido à instabilidade política do Oriente Médio, e tem-se a medida da crescente utilização da rota de contorno do continente africano. Ademais, o acesso à Antártida tem-se mostrado mais fácil pelos extremos sul da América e da África. É por isto que, superpotência mundial, embora totalmente situada no hemisfério norte — a União Soviética vem estabelecendo pontos de apoio na Tanzânia, em Moçambique e em Angola e bases no próprio Continente Antártico, capazes de assegurar para si o controle daquele acesso privilegiado.

Esses fatos todos indicam a conveniência, senão a necessidade urgente, de modernização das Forças Armadas sul-americanas. Registre-se que alguns Estados desta parte do mundo, como o Peru, a Venezuela e a própria Argentina, desde há algum tempo vêm adquirindo, nos produtores tradicionais de material bélico, equipamento moderno para as suas Forças Armadas. A Argentina — se não tinha equipamento de visão noturna no conflito das Falklands/Malvinas, o que lhe foi fatal, por outro lado dispunha de aviões modernos, como os *Super Étandard*, e de mísseis avançados, como o *Exocet*.

O Brasil, cuja opinião pública foi sensibilizada pelas notícias, comentários e entrevistas, veiculados pelos órgãos de comunicação social e abordando o recente conflito entre o Reino Unido e a República Sul-Americana, certamente não se deixará surpreender, tirando do episódio todas as suas consequências e ensinamentos.

As Forças Armadas brasileiras, a despeito das limitações conjunturais de ordem econômica e financeira, estão revendo seus programas de reequipamento, dando ênfase à nacionalização dos materiais e à transferência de tecnologia. Trata-se, evidentemente, de tarefa prioritária, pois a nação que não for capaz de prover sua própria segurança, não merece figurar entre os países soberanos do globo.

Todavia, a justa importância atribuída à nacionalização não deve atingir o extremo de nos impedir de acompanhar a evolução tecnológica, privando-nos de adqui-

rir determinados equipamentos que não temos condições de produzir, desde já. Há que se dosar, inteligentemente, o máximo de nacionalização com o mínimo de acompanhamento tecnológico, parodiando lema governamental de largo uso no País.

Este, talvez, seja o caso dos equipamentos de visão noturna. A nossa situação, quanto a este item, é semelhante à da Argentina "ante bello". Entretanto, nós temos capacidade de, a curto prazo, produzir esse equipamento no Brasil. Consta, mesmo, que firma brasileira estaria desenvolvendo projeto de aparelho de visão noturna, para uso das guarnições de viaturas de combate, com vistas à exportação dessas viaturas. Há, porém, que desenvolver igualmente equipamento adaptável às armas individuais, para uso do soldado brasileiro.

No que tange a este último, há um modelo produzido pela Litton, de Tempe, Arizona (EUA), que poderia ser nacionalizado pela sua representante no Brasil. Trata-se do modelo M-845, equipamento de visão noturna compacto, leve e alimentado a bateria, destinado a permitir a pontaria e o tiro às curtas e médias distâncias, que são aquelas em que, segundo as estatísticas, realizam-se os tiros de combate, em sua esmagadora maioria.

O M-845 aumenta o tamanho aparente do alvo de 1,3 vezes e amplia a luminosidade do ambiente, oriunda do luar ou das estrelas, de 600 vezes e pode ser montado em, praticamente, todos os tipos de armas de combate aproximado, inclusive o nosso FAL. Pesando

apenas 0.91 kg com a bateria, e medindo 27,7 x 7,36 x 6,60 cm, é extremamente portátil, podendo ser usado, também, fora da arma como aparelho de observação e vigilância noturna.

Seu campo de visada é de 12,2 graus e a pontaria é facilitada pela existência de um pequeno ponto vermelho, facilmente ajustável em azimute e direção, que ajuda a colocar a linha de mira sobre o alvo. Completamente passivo do ponto de vista eletrônico, o M. 845 não emite qualquer luz ou som, não denunciando, portanto, sua utilização. A ocular é protegida por um dispositivo que permite a execução da pontaria mesmo com o atirador usando óculos. A bateria que o equipa é de 2,7V com uma vida útil de 40 h de funcionamento. Porém, o mais importante é que esta bateria é do tipo comercialmente encontrado em todo o mundo. Enfim, é um equipamento rústico, desenhado e testado para fins militares, e que permite uma rápida descoberta do alvo e uma acurada pontaria, mesmo em se tratando de atiradores de baixo índice de rendimento.

Quando exercia o cargo de Chefe do Escalão Territorial do Comando da 1ª RM, tive oportunidade de, através de um cadastramento de empresas com vistas à mobilização industrial, tomar conhecimento da existência de firma brasileira capacitada a desenvolver esse tipo de equipamento, e que representa, no nosso País, a acima mencionada Litton americana. Situada no Rio de Janeiro, essa em-

presa investiu, sobretudo, na formação de uma competente equipe de engenheiros e técnicos, muitos dos quais possuem cursos de formação e de pós-graduação realizados nos EUA.

Talvez seja oportuno convocar esse potencial humano valioso para participar da modernização do nosso Exército, desenvolvendo materiais de avançada tecnologia. Recorde-se que a superioridade tecnológica nas Falklands/Malvinas garantiu aos ingleses, não apenas rápida vitória, mas também acentuada preservação dos seus efetivos. Enquanto os argentinos

tiveram 1.000 mortos na campanha, os britânicos registraram apenas 250, ou seja 1/4 dos verificados entre os sul-americanos (dados publicados pela revista *Spectrum*, nº Out/Nov/82).

Assim, a rendição das forças da República Argentina deixou, além do trauma nacional inerente a toda a derrota, mais o saldo dramático da perda irreparável de um número avultado de seus jovens filhos, mortos — quem sabe? — por não disporem de equipamentos de visão noturna que os colocasse em pé de igualdade com seus adversários.



O Cel Cav R/1 Nilson Vieira Ferreira de Mello, natural do Rio de Janeiro, tem os seguintes cursos militares: Formação de Oficial pela Escola Militar de Resende (atual Academia Militar das Agulhas Negras), Curso de Guerra Química, pela Escola de Instrução Especializada, Curso Técnico de Motomecanização, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso de Comando e Estado-Maior. É Bacharel em Ciências Administrativas e tem curso de pós-graduação em Jornalismo pela Academia Brasileira de Letras. Até recentemente exerceu a função de Subchefe do Estado-Maior do Comando do IV Exército.